



A POBREZA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP: Um estudo preliminar para o entendimento de suas raízes históricas

POVERTY IN THE MUNICIPALITY OF CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP: A preliminary study to understand its historical roots

Autoras: Maria Carolina Pedroso e Alice Miguel de Paula Peres

Filiação: Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

E-mail: mariacarolina@estudante.ufscar.br e peresalic@ufscar.br

Grupo de Trabalho (GT): nº7 Desenvolvimento rural, territorial e regional.

Resumo

Dados recentes apontam para um cenário de agravamento da pobreza mundial e do Brasil, ao mesmo tempo, não há um consenso sobre o que é pobreza e quais são as suas causas. Essa pesquisa, de caráter preliminar, buscou estudar a pobreza no pequeno município de Campina do Monte Alegre situado no estado de São Paulo, mais especificamente na região do Sudoeste Paulista. Por meio do materialismo histórico-dialético nosso intuito foi buscar as raízes históricas da pobreza. Como resultado da pesquisa, identificamos na formação econômica de Campina do Monte Alegre a base colonial e escravocrata, de caráter segregacionista. Os dados mostram que atualmente ¼ da população é dependente do Auxílio Brasil, 80% da população com idade para estar no mercado de trabalho não tem acesso ao emprego formal dentro do município e, apenas 10% da área total dos estabelecimentos rurais é ocupada por agricultura familiar. Como processo mais recente, foi possível identificar que a população rural vem caindo e a produção de soja crescendo nos maiores estabelecimentos rurais. Podemos concluir que a pesquisa conecta a pobreza atual do município de Campina do Monte Alegre, aos processos históricos mais longos, que restringiram o acesso à propriedade e submeteram famílias e indivíduos à dominação e exploração do trabalho.

Palavras-chave: Pobreza; Materialismo Histórico-Dialético; Sudoeste Paulista.

Abstract

Recent data point to a scenario of worsening poverty worldwide and in Brazil, at the same time, there is no consensus on what poverty is and what are its causes. This research, of a preliminary nature, intended to study poverty in the small city of Campina do Monte Alegre located in the state of São Paulo, more specifically in the Southwest region of São Paulo. Through historical-dialectical materialism, our intention was to seek the historical roots of poverty. As a result, we identified in the economic formation of Campina do Monte Alegre the colonial and slavery base, of segregationist character. Data shows that currently ¼ of the population is dependent on Auxílio Brasil, 80% of the population aged to be in the labor market does not have access to formal employment within the municipality, and only 10% of the total area of rural establishments is occupied by family farming. As a more recent process, it was possible to identify that the rural population has been falling and soy production has been growing in the largest rural establishments. We can conclude that the research connects the current poverty of the city of Campina do Monte Alegre, to longer historical processes, which restricted access to property and subjected families and individuals to the domination and exploitation of work.

Key words: Poverty; Historical-Dialectic Materialism; São Paulo's Southwest.

1. Introdução

Quem agora são os donos destes terrenos? Caboclos sem eiras, peões de comitiva, gente que não sabe a quem pertence a terra onde mora. O que temos que fazer com urgência é tirar esse povo daí ou pelo menos ter em mãos papéis que os forcem a sair quando for chegado o tempo. Isso, por compra, por bem ou por mal. Não agrada, é certo, mas o progresso cobra seu preço onde ergue morada (DONATO, 1969, p.136).



Em 2022, o estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) alertou: são 62,9 milhões de pessoas em 2021 que vivem em situação de pobreza no Brasil, aproximadamente 29,6% da população. A pesquisa ainda destaca: “A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021” (NERI, 2022, pg.3)¹.

À luz dessas considerações, o estudo a seguir buscou compreender a pobreza no pequeno município de Campina do Monte Alegre, situado no estado de São Paulo, mais especificamente na região do Sudoeste Paulista. Atualmente, o Sudoeste Paulista pertence a um dos locais mais pobres do estado de São Paulo, com um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)². Além disso, a pobreza também é identificada na história da região. O estudo de Aguilar Filho (2011) mostrou a exploração do trabalho infantil em uma fazenda nos anos de 1930 a 1940 e sua ligação com as ideias e práticas eugenistas e racistas de fazendeiros locais. Trata-se da história de crianças negras que foram retiradas de um orfanato no Rio de Janeiro para trabalharem em uma grande fazenda em Campina do Monte Alegre -SP.³

Estudar a pobreza no município de Campina do Monte Alegre - SP não foi tarefa simples. A primeira dificuldade encontrada se iniciou com a tentativa de definir o conceito de pobreza e, a partir daí, escolher o caminho a ser percorrido. Não há um consenso sobre o que é pobreza e quais são as suas causas. Há um debate que remonta os primórdios da economia política. A despeito do tema ganhar novos contornos, os pressupostos por onde se erguem as argumentações e definições contemporâneas, permanecem os mesmos. Atualmente, pode-se dizer que o conceito de pobreza mais difundido é aquele definido pelo Banco Mundial. Nessa definição, a pobreza é considerada a partir da renda monetária insuficiente para acessar os meios de vida. Embora haja uma maior sofisticação no argumento do que o exposto aqui, vale ressaltar que essa definição parte de um pressuposto definido pela lógica hegemônica econômico-liberal, que toma o indivíduo como ponto de partida. No nosso entendimento, o problema dessa abordagem é que fecha a possibilidade para identificar na estrutura da sociedade, as raízes da pobreza, protegendo a lógica da acumulação e o modo de produção no

¹ A definição da condição de pobreza é sempre um desafio. No estudo de Neri (2022) foi utilizado o parâmetro econômico da renda como definidor da condição de pobreza, considerando a renda domiciliar per capita de até 497 reais. NERI, M. Mapa da Nova Pobreza, 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em 07/11/2022.

² “Todos os municípios do território Sudoeste Paulista apresentam índices de Desenvolvimento Humano abaixo da média do estado de São Paulo, em todos os seus componentes: educação, longevidade e renda. A única exceção é o índice de longevidade do município de Itapeva, que é ligeiramente maior que a média estadual” (FAVARETO, 2007).

³ No passado, o Sudoeste Paulista ficou conhecido como o ramal da fome. Embora essa denominação estivesse associada ao fato de que a viagem de trem, a partir de um ponto da linha férrea, não contar mais com o vagão do restaurante, expondo os passageiros do trem a horas de viagem sem a opção do serviço de alimentação; essa região também tem um passado marcado pela pobreza e violência.



capitalismo.⁴ Como um contraponto a essa visão hegemônica, uma outra definição de pobreza seria aquela trazida por Amartya Sen⁵.

A nossa pesquisa percorreu um caminho oposto daquele proposto pelo Banco Mundial. Um caminho que busca ligar a produção de ciência à consciência de classe. Mills (1982), em *A Imaginação Sociológica*, comentou que raramente os homens têm a consciência de que o bem-estar que desfrutam está condicionado aos altos e baixos das sociedades em que vivem, alertando para o peso estrutural da sociedade na condição de vida da população. O autor salientou que a consciência dessa relação permite com que os indivíduos identifiquem em que “tipos de ser estão se transformando e para o tipo de evolução histórica de que podem participar” (MILLS, 1982 p.10).

Imbuídas da necessidade de destacar a dimensão estrutural, utilizamos a metodologia do materialismo histórico-dialético. O materialismo histórico é um método de compreensão da realidade que investiga as relações sociais que se erguem e se reproduzem para construir o mundo material. É um método que joga luz nas relações de trabalho e de propriedade constituídas historicamente. Esferas que geralmente são naturalizadas pelas teorias econômicas do *mainstream*. O termo dialético se refere à inter-relação entre mundo material e as ideias, culminando em processos históricos que produzem contradições. E esse é um ponto importante, trata-se de um método que ressalta as contradições (LESSA e TONET, 2011), desviando de uma análise dos efeitos lineares do progresso. Desse modo, realizamos uma investigação crítica, abrindo caminhos para a identificação das raízes históricas e estruturais da pobreza (GRAY, 2012).

Para realizar o estudo, partimos da seguinte informação: em 2022, no município de Campina do Monte Alegre, 1.361 pessoas receberam o Auxílio Brasil, o que representou 23,26% da população.⁶ Também identificamos que, de janeiro de 2019 para janeiro de 2022, o número de famílias em situação de pobreza extrema nesse município passou de 217 para 370. São famílias que recebiam até 105 reais per capita, uma soma monetária insuficiente para

⁴ O Banco Mundial utiliza como metodologia para o cálculo da pobreza, a renda per capita diária. Sendo assim, os indivíduos classificados como extremamente pobres são aqueles que possuem renda per capita inferior a US\$2,15, o que corresponde a cerca de R\$11,35; os indivíduos classificados como pobres são os que vivem com menos de US\$6,85 por dia, ou R\$36,16. Como trouxe Siqueira (2013), mesmo com o passar dos anos e com as mudanças efetuadas por essa organização acerca da definição de pobreza, “permanece a individualização da pobreza (ora como incapacidade do sujeito, ora como “vulnerabilidade” em relação ao contexto), a desarticulação da pobreza em relação à acumulação de riqueza, e a crença na força do comércio e na gestão capitalista como premissas da sua atuação programática para erradicar a pobreza”.

⁵ Amartya Sen (2000, pág. 54), defende que “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”. De acordo com esse autor, por trás da renda existem relações sociais que limitam as capacidades dos indivíduos, famílias e comunidades, por diversos aspectos como idade, localização, sexo, papéis sociais, etc.

⁶ Informação disponibilizada no site da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/cadastro-unico-e-auxilio-brasil-esp/>. Acesso em: 07/02/2023. Vale explicitar que Auxílio Brasil se refere ao antigo Bolsa Família criado em 2003 como um programa de transferência de renda, no governo Lula. Em 2021 o governo Bolsonaro substituiu o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. É importante lembrar que a partir de 2023 o programa Auxílio Brasil voltou a se denominar Bolsa Família. Segundo o Ministério da Cidadania: “Além de garantir renda básica, o Programa Bolsa Família Busca integrar políticas públicas, facilitando o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação, assistência social e moradia, além de promover ações complementares por meio de articulação com outras políticas para superação da pobreza e superação social”. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasil-eira-diz-lula>. Acesso em 06/04/2023.

o acesso aos meios necessários à vida, como alimentação, moradia etc.⁷ Deste cenário social, formulamos então a seguinte pergunta: como explicar a presença da pobreza em Campina do Monte Alegre?

Para responder à pergunta, a pesquisa se estruturou da seguinte forma: primeiro revisitamos o texto *Entre Campos e Capões: um breve resgate da trajetória de desenvolvimento do Sudoeste Paulista* (ANTUNES JUNIOR et al, 2021), com o intuito de dialogar com a obra buscando dar visibilidade às contradições, colocando em relevo as relações sociais de propriedade e trabalho constituídas historicamente. Posteriormente, apresentamos alguns dados do município de Campina do Monte Alegre pesquisados na SEADE e no IBGE. Esse caminho permitiu conectar os elos que ligam passado e presente, indivíduo ao processo histórico, mediações que vão sendo apagadas pela narrativa hegemônica.

A seguir apresentamos a localização do município de Campina do Monte Alegre:

Figura 1: Localização do Município de Campina do Monte Alegre dentro do estado de São Paulo.



Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Figura 2: Municípios Vizinhos de Campina do Monte Alegre.



Fonte: Diagnósticos Socioeconômicos dos Municípios de Buri e Campina do Monte Alegre, 2016.

2. As Relações Sociais na Formação Econômica do Território

Compreender a pobreza por meio do materialismo histórico-dialético no Brasil é dar visibilidade aos processos que culminaram na constituição das relações de propriedade e de trabalho que foram sendo instauradas com o evento da colonização. O continente americano já estava ocupado por povos e civilizações de diferentes etnias e línguas há pelo menos 12 mil anos (a.c.) (HARARI, 2018). Povos que tinham organização social, relações com a natureza e visões de mundo distintas do modo de vida que emergiu na Europa e que culminou nas grandes navegações (KRENAK, 2020).

Sobre o Sudoeste Paulista, localização do município de Campina do Monte Alegre, o que se sabe é que os povos indígenas Guarani, Tupi e Kaingang habitavam a área desde o século III, há 1.200 anos antes da chegada dos europeus. Também se sabe que a região era

⁷ De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (apud. NUZZI, 2019), em 2018, o gasto médio familiar do estrato mais pobre da população brasileira era de cerca de R\$1.494,00 mensais, considerando uma família com três pessoas, sendo que aproximadamente R\$915,00 eram destinados somente para alimentação e habitação. No ano de 2018, no entanto, o salário mínimo nominal era de R\$954,00 e em concordância com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em julho deste mesmo ano o salário mínimo ideal seria de R\$3.674,77. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/gastos-familias-ricas-moradia-comida/>. Acesso em: 19/03/2023.



parte da rota Peabiru, que permitia a interligação entre o Império Inca e os indígenas do litoral e interior do continente sul-americano (ANTUNES JUNIOR et al, 2021).

O processo de colonização foi um processo de conquista, portanto, de guerra e destruição. Quando os Portugueses financiados pela Coroa chegaram com militares e jesuítas, o que ocorreu foi um verdadeiro holocausto colonial (GALEANO, 2011; LAS CASAS 1996). Junto com os europeus vieram uma visão de mundo e relações sociais específicas. Embora no estudo da economia colonial sejam destacados os diferentes ciclos econômicos: pau-brasil, cana de açúcar, ouro, algodão etc., são as relações sociais que estavam sendo destruídas e inauguradas que merecem ser visibilizadas.

A apropriação das terras pela Coroa Portuguesa, a divisão do território em capitânias hereditárias e sesmarias são relações de propriedade que chegam no novo continente junto com o processo de conquista, guerra e destruição. Prado Júnior (1942) destacou o sentido da colonização colocando em relevo a sua motivação. Foi a acumulação mercantil que motivou a ocupação. Esse aspecto é importante ressaltar para entendermos como a formação do estado de São Paulo ocorreu articulada a esses interesses. E como se formaram as classes sociais com base nestas relações. A busca por ouro pelos bandeirantes e a formação dos senhores de engenho e de fazendas de cana de açúcar estão integradas a esse processo. O que se instala na colônia são negócios e produções para atender aos interesses da metrópole. O comércio de pessoas escravizadas já era praticado por Portugal, que amplia a rota dos navios para a costa brasileira. A chegada de uma população que serviria como mão-de-obra escravizada, alimentou a acumulação mercantil. São essas as relações sociais que vão moldando a formação de uma sociedade segregada e violenta do período colonial. Até 1822, o Brasil permaneceu como colônia de Portugal e a escravidão perdurou como regime de trabalho até 1888. É dentro dessas relações que devemos colocar em perspectiva os ciclos de produção, a formação econômica e o “desenvolvimento” que datam até esses períodos.

Nesse sentido, nos relatos que remontam de 1500 até as primeiras décadas de 1700 sobre o Sudoeste Paulista, devemos destacar as relações sociais. Na seguinte citação: “Nesse período que vai de 1500 até as primeiras décadas do século XVIII, as terras do Sudoeste Paulista se encontravam em situações praticamente de abandono, ficando sob os cuidados de agregados e poucos escravos dos sesmeiros” (ANTUNES JUNIOR et al, 2021, p. 23- 24), a presença de agregados e escravos dão sinais de que as relações de propriedade e trabalho, partes estruturantes da sociedade colonial segregada, integram a região do Sudoeste Paulista à acumulação mercantil e ao comércio internacional de pessoas.

Antunes Junior et al. (2021) lembram que no Vale do Paranapanema foi encontrado ouro antes de Minas Gerais e Mato Grosso, o que culminou no breve ciclo de ouro de 1724-48. Segundo os autores, concomitante às expedições de ouro, o tropeirismo também foi uma atividade econômica que operou como um dos vetores da ocupação na região. Vale lembrar que os tropeiros são os que deslocam um contingente de gado e muares de uma região à outra. Esse deslocamento ocorre dos locais onde se cria e se reproduz o gado, para as regiões onde o gado será comercializado para ser consumido por meio de suas diferentes funções: como veículos, como alimento (carne, leite, couro etc.). Segundo Baddini (2002, p.13), no século XVIII, “grandes senhores latifundiários em Sorocaba formavam currais fornecedores de gado para outras regiões do país”. Essa atividade nasceu na colônia integrada à extração de ouro em Minas Gerais, o que aprofundou a necessidade de mais gado e muares para serem usados como meio de transporte do ouro. Para nós, interessa chamar atenção para as relações de propriedade e de trabalho que sustentaram essas atividades. Estamos ainda nos reportando a uma sociedade colonial, escravocrata e segregacionista.



Antunes Junior et al. (2021) no texto *Entre Campos e Capões: um breve resgate da trajetória de desenvolvimento do Sudoeste Paulista*, destacam um aspecto que precisa ser discutido. Os autores afirmam que, quando São Paulo se envolveu com atividades agrícolas de exportação (ciclo do açúcar a partir de 1765), o sudoeste paulista não foi incorporado a esse processo de “desenvolvimento” que ocorria no estado. Sobre esse aspecto faremos algumas ponderações.

A primeira é lembrar que o ciclo do açúcar no Estado de São Paulo que perdurou de 1765 a 1851 ocorreu pela ampliação da demanda de açúcar na Europa e o aumento de seus preços no mercado internacional. Essa articulação com o capital mercantil internacional culminou na multiplicação da construção de engenhos de açúcar na Capitania de São Paulo. O açúcar era deslocado por navios do porto de Santos até a Europa. Embora o artífice tenha sido Morgado de Mateus, que assumiu o governo da capitania de São Paulo, devemos salientar que o que se expandiu com o “desenvolvimento” foi uma economia escravocrata com base em relações de violência e dominação. Essas são as contradições que vão sendo apagadas pela narrativa do progresso. Na região de Piracicaba:

Em 1828 havia (...) o total de 1.089 casas, 85 engenhos de açúcar com 2.299 negros africanos escravizados e 42 agricultores (agregados). Ao mesmo tempo, havia 552 fazendas de gado, com 123 agricultores e 529 negros africanos escravizados (PERES, 2015, p. 60).⁸

A segunda ponderação se refere à perspectiva teórica do desenvolvimento desigual e combinado. Löwy, (1995) se referindo à Trotsky, destacou a importância dessa teoria para combater o evolucionismo e uma visão linear do progresso. Essa teoria nos ajuda a compreender as articulações regionais no processo de desenvolvimento do capitalismo global. Os locais atrasados e avançados não se encontram lado a lado, mas se articulam e se amalgamam formando realidades específicas onde relações sociais diversas convivem articuladas com modos de produção e técnicas “avançadas”. Nesse sentido, essa análise ajuda a situar as formações sociais localizadas na periferia do sistema capitalista. Setores e regiões considerados à vanguarda da acumulação de capital atraem capitais, ao mesmo tempo, não

⁸ Estamos aqui jogando luz nas relações sociais de produção, relações de propriedade e de trabalho que formaram a estrutura econômica e social no modelo primário exportador. Ao mesmo tempo em que o mercado externo ditava a dinâmica da economia interna, vale ressaltar que até 1888 o trabalho não era necessariamente remunerado. O processo de industrialização restringida que se inicia a partir das demandas da produção e exportações de café, não configura ainda um “desenvolvimento” autônomo, visto que o capital industrial, fica circunscrito a esses setores e a produção de bens de consumo. Cano (1998) explica que o processo de industrialização se efetiva quando se desloca o centro dinâmico da acumulação de capital do compartimento exportador, para a indústria, quando o investimento endógeno torna-se o determinante da renda e do emprego. Entretanto, Cano (1998) chama atenção para a dificuldade de surgir industrializações autônomas em outras regiões do país, uma vez já instaurado um processo de industrialização concentrado em uma só região. Para o autor, uma vez iniciado um processo de industrialização em uma determinada região de um país, concomitante a remoção das principais barreiras que dificultam integração do mercado nacional, desencadeia-se “(...) a concentração em um Centro Dominante, que imprime os rumos decisivos do processo de acumulação de capital a escala nacional” (Cano, 2010, p.12-13). Isto mostra que mesmo os interesses não sendo efetivamente regionais, a partir da integração do mercado interno, o capital industrial quando sediado em uma determinada região, criará, às indústrias instaladas em outras regiões um caráter de “(...) complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dominante (...)” (Cano, 1998, p.22). Vale lembrar que há um debate sobre o entendimento do processo de industrialização do Brasil. Sampaio Júnior (1999), por exemplo, defende a tese de que o movimento do capitalismo mundial e a divisão internacional do trabalho, articulando políticas macroeconômicas, criou empecilhos estruturais para a formação de um processo autônomo da acumulação de capital na periferia do capitalismo. Isso significa que a economia brasileira se forma como uma economia dependente e periférica.



deixam de articular e impulsionar outros setores e regiões criando configurações sociais e econômicas que precisam ser estudadas.

De todo modo, o que queremos sinalizar como segunda ponderação é a importância em identificar a articulação do “desenvolvimento” da economia do Sudoeste Paulista na formação industrial de São Paulo. É deste lugar que devemos posicionar a configuração do “desenvolvimento” do Sudoeste Paulista, visto que “No Sudoeste Paulista basicamente invernava-se e criava-se gado, com produção de alimentos para o consumo próprio e, aos arredores de Itaporanga, criação de porcos e produção de toucinho” (ANTUNES JUNIOR, et al, 2021, p. 25).

Na linha temporal, temos alguns advenços que desencadearam algumas mudanças na ocupação do Sudoeste Paulista. O primeiro foi o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais. O ciclo do ouro estimulou uma migração maciça da população de Portugal para a colônia. No início do século XIX, com o esgotamento do ouro, as famílias de trabalhadores livres saíram dos locais de exploração do ouro em busca de lugares de sobrevivência. Essa ocupação deu origem a um segmento social no interior paulista que vivia do trabalho na terra. Essa é a origem da figura do caipira no seio da sociedade escravocrata. Há uma vasta literatura que explicita a complexidade nas relações sociais dessa categoria. Franco (1997) coloca em relevo a presença da violência e do patriarcado nas relações familiares e de produção. Em Cândido (2001), encontramos a caracterização de um modo de vida particular que se cria com os surgimentos dos bairros rurais. Há uma sociabilidade rural que gira em torno da produção dos meios de vida e da religião. Uma sociabilidade de parentesco, de solidariedade entre vizinhos, que organizam mutirões para construir casas de barro, para realizarem as comemorações festivas e religiosas, etc. O autor também mostra o processo de dissolução dessa sociabilidade de bairro rural com a chegada das indústrias e mudanças no padrão de consumo. O autor vai então destacar o processo de empobrecimento pelo qual o caipira é assujeitado.

Vale lembrar que após o processo de independência formal em 1822, a Assembleia Constituinte extinguiu o sistema de sesmarias e o Brasil ficou até 1850 sem regras para a regulamentação das terras, o que criou aberturas para o sistema de posse. As famílias que buscavam sobrevivência, encontravam no sistema jurídico um afrouxamento que viabilizou as ocupações. Corrêa (2013, p. 56) explicou:

Por volta de 1840, as áreas apropriadas via posse eram enormes. Esse avanço rumo ao sertão caracterizou-se por um movimento de lavradores pobres e também de grandes negociantes, como o Barão de Antonina. Foi uma ação que envolveu conflitos entre os vários e diferentes grupos sociais: índios, lavradores pobres e grandes negociantes, entre pares e não pares. Em São Paulo, esse tenso processo remonta, ao mesmo, ao começo do século XIX e se estendeu por todo ele (CORREA, 2013, P.56).

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proíbe o tráfico internacional de pessoas escravizadas e, alguns dias depois, se promulga a Lei de Terras. Esse é um ponto importante porque marca um momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. A Lei de Terras de 1850 ao definir que terras devolutas só seriam adquiridas via compra, restringiu seu acesso. Isso criou impeditivos formais para trabalhadores que não se sujeitavam às condições violentas de trabalho na época. A experiência do Senador Vergueiro é ilustrativa. Em 1840, esse senador trouxe lavradores de Portugal para trabalhar em sua Fazenda Ibicaba. Para o proprietário da fazenda, essa experiência foi um fracasso, porque os trabalhadores fugiram para viver por conta própria em terras desocupadas (PERES, 2015, p. 69). A Lei de Terras, nesse sentido, impôs barreiras formais a essa “fuga” de trabalhadores. Silva (1999, p. 30) explicou que:



É bastante conhecido o momento histórico de criação dessa lei. Fundamentalmente, ela surgiu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. Era o momento de imigração de trabalhadores estrangeiros cujo destino deveria ser, especialmente o fornecimento da força de trabalho às lavouras de café. Por essa razão o preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal que sua compra se tornasse impossível aos trabalhadores nacionais e aos imigrantes.

Na região do Sudoeste Paulista, a Lei de Terras estimulou o interesse pela propriedade da terra como reserva de capital, reserva de valor. Segundo Antunes Junior et al. (2021, p. 26), “muitas das apropriações foram determinadas pelo poder econômico dos fazendeiros e de negociantes, não pela compra, mas sim por subornar juízes, falsificar títulos, grilar e organizar capangas”. Dessa maneira, formou-se no Sudoeste Paulista uma estrutura fundiária marcada por latifúndios. Embora a região atualmente se destaque em razão da presença e da concentração da agricultura familiar (CAMARGO et al, 2022, p. 55), precisamos também lembrar desse passado. Lembrar da presença de fazendas que mantinham famílias de trabalhadores em seu interior que viviam como agregados, colonos, meeiros e, tantas outras relações de trabalho no campo que precisam ainda ser pesquisadas e desvendadas na região. Fazendas que foram passando por ciclos econômicos, especializando-se em determinados produtos, como por exemplo, na produção de algodão para o mercado internacional, ainda no século XIX. Ao mesmo tempo, como citaram Antunes Junior et al. (2021, p. 27), “nessa região, além do milho para alimentar animais, se produzia mandioca, feijão, algodão e café, que mesmo não fazendo parte do ciclo econômico, era produzido para o autoconsumo”.

Lourenço (2001) explicou um aspecto importante para entendermos a exclusão do povo no acesso à propriedade da terra. Segundo o autor, as elites agrárias do Brasil estavam preocupadas com a questão agrícola, defendiam a modernização e o progresso técnico para ampliar a produtividade e superar o atraso. Nesse sentido as elites fizeram críticas à escravidão reivindicando a abolição. Mas não a fizeram pelo seu caráter humanista. Fizeram-na com base na racionalidade econômica, alegando que o trabalho escravo deixava de ser rentável e produtivo. Tratou-se, portanto, de uma elite agrária ilustrada que louvava o progresso técnico, mas fazia críticas à democracia. Lourenço (2001) chamou esse período de modernização sem modernidade e deu ênfase ao caráter ideológico como um fator complicador para a resolução da questão agrária. Essa é a particularidade do pensamento moderno que emerge em uma sociedade escravocrata, um pensamento segregacionista.

A virada do século XIX para o XX integra o Brasil na expansão das ferrovias. Financiamento e tecnologia inglesa alavancam as construções das ferrovias em São Paulo. Em 1888, inicia-se a construção do ramal de Boituva à Itapetininga, que fica pronto em 1895, e depois, de Itapetininga à Itararé, que fica pronto em 1909, próximo ao município de Campina do Monte Alegre. Com as ferrovias, os valores das terras e a disputa pelo controle e propriedade das terras se aprofundam. No romance *O Chão Bruto*, Donato (1969, p. 135) constrói um retrato desse momento histórico revelando o aprofundamento pelas disputas de terras.

Na primeira metade do século XX nos aproximamos da formação econômica do município de Campina do Monte Alegre e das relações de propriedade e de trabalho que ali vigoraram. Aqui vamos colocar em relevo a propriedade Lagoa do Sino composta por três fazendas: Santa Albertina, Retiro Feliz e Cruzeiro do Sul. Essa propriedade foi comprada em 1916 por Luiz Rocha Miranda do espólio do brigadeiro Tobias de Aguiar. A propriedade foi partilhada entre os cinco filhos de Luiz Rocha Miranda. Vale mencionar que Luiz Rocha Miranda e família moravam no Rio de Janeiro e eram membros da elite econômica,



intelectual e política do país. Três dos cinco filhos faziam parte da Ação Integralista Brasileira (AIB) e tinham acesso direto ao Palácio do Catete e à Getúlio Vargas (AGUILAR, 2011).

A pesquisa de Aguilar (2011) coloca em evidência a estrutura de segregação social que vigorou na região. Um dos proprietários da fazenda Lagoa do Sino trouxe de um orfanato do Rio de Janeiro, “50 meninos, sendo 48 pretos e pardos, de 9 a 12 anos de idade entre 1932 e 1941” para Campina do Monte Alegre – SP. Vamos aqui reproduzir as palavras do autor:

Os meninos foram vitimados. Transferidos em viaturas policiais, sujeitados a pouca ou nenhuma educação escolar na Fazenda Santa Albertina, onde foram segregados. Foram colocados para trabalhar sem remuneração, sob alegações educativas e profissionalizantes. Isolados do restante da comunidade estiveram sob a tutela legal de capangas armados a chicote, palmatória, punhal, cães de guarda e armas de fogo. Impedidos da livre circulação estiveram submetidos à agressão, ao abuso físico, ao constrangimento moral, ao cárcere e à fome como formas de castigo às resistências, desobediências e transgressões (AGUILAR, 2011, p. 24).

Como explicar essa violência e condições de trabalho tão desumanas? Aguilar (2011) conecta esse episódio às teorias racista/eugenista que vigoravam na virada do século XIX para o século XX. Com base no darwinismo social, entendeu-se que a raça humana também passava por um processo evolutivo e de seleção natural. Que as características (intelectuais, culturais e morais) eram transmitidas por hereditariedade. Dessa maneira, as elites reconheciam sua superioridade como resultado de uma evolução biológica e cultural. Com isso, como explicou Aguilar (2011):

A pretensa inferioridade recaía (...) sobre os trabalhadores mais empobrecidos (...) e sobre os camponeses e operários com histórias e culturas diferentes das elites: sobretudo estrangeiros e minorias culturais e religiosas. Isso fortaleceu a exploração sobre a classe trabalhadora empurrando a base da pirâmide salarial para baixo e desvalorizando a remuneração do trabalho em detrimento da acumulação capitalista. Nessa lógica capitalista e preconceituosa, a liberdade dos detentores da propriedade e da superioridade suplantava a igualdade de direitos entre os seres humanos. (AGUILAR, 2011, p. 16-17)⁹

É dentro dessas relações de propriedade e de trabalho que devemos compreender a formação da estrutura da economia em Campina do Monte Alegre. Uma estrutura que se ergue com base em restrições no acesso à propriedade da terra. Isso produziu a segregação social e abriu possibilidades para expor e submeter a classe trabalhadora às mais diferentes formas de exploração. A partir de 1950, 1960 e 1970, o que temos são informações mais gerais sobre o Sudoeste Paulista. Foram momentos marcados pela expansão das atividades econômicas de silvicultura, plantação de eucalipto e extração de madeira, e experiências de colonização como política de Estado (ANTUNES JUNIOR et al., 2021).

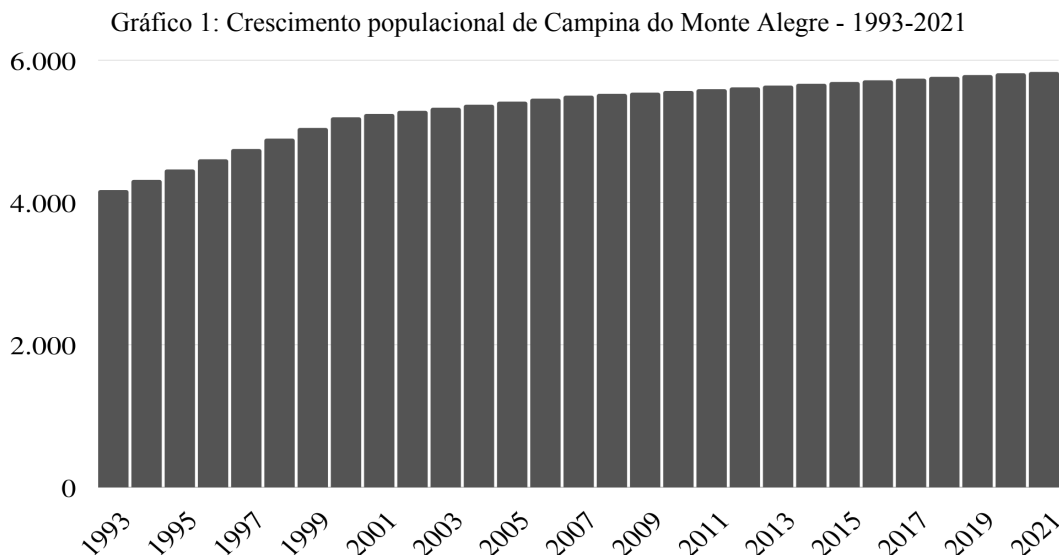
3. A Pobreza como uma Expressão Fenomênica

Da perspectiva do materialismo histórico, a pobreza é um fenômeno observado no mundo concreto. Nesse tópico, o objetivo foi identificar a pobreza como fenômeno no município de Campina do Monte Alegre por meio dos dados disponíveis na SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

⁹ Na fazenda Cruzeiro do Sul foram encontrados tijolos de construções de 1910, 1920 e 1930 com a suástica. Além dos tijolos, os gados da fazenda também eram marcados com o símbolo nazista. (Aguilar, 2011).



Iniciamos nossa investigação pela população, apresentando a evolução populacional do município. O município de Campina do Monte Alegre foi constituído formalmente em maio de 1991. Antes disso, tratava-se de uma área pertencente ao município de Angatuba (um distrito de Angatuba). De acordo com dados da Fundação SEADE, em 1993 habitavam o município 4.172 indivíduos, e essa população cresceu aproximadamente 40% dessa data até 2021, quando a cidade atingiu o marco de 5.832 habitantes. O gráfico a seguir evidencia esse crescimento:



Fonte: Elaboração Própria com Base em Dados da Fundação Seade, 2021.

Segundo a SEADE, a estimativa populacional para 2022 foi de 5.851 pessoas. Dessa população, 61,4% possuem de 20 a 64 anos. Essa informação é importante porque nos mostra que em Campina do Monte Alegre há um contingente de 3.592 pessoas, aproximadamente, que possuem idade para estar inseridas no mercado de trabalho. Entretanto, quando pesquisamos os dados sobre o trabalho formal nesse município, encontramos apenas 579 pessoas inseridas nesta categoria no ano de 2022. Isso significa que grande parte dos moradores de CMA que possuem de 20 a 64 anos, não encontram vagas de emprego formal dentro da cidade, sendo levados a buscar empregos formais nos municípios vizinhos ou a exercer trabalhos informais fora do amparo e proteção jurídica das leis trabalhistas.

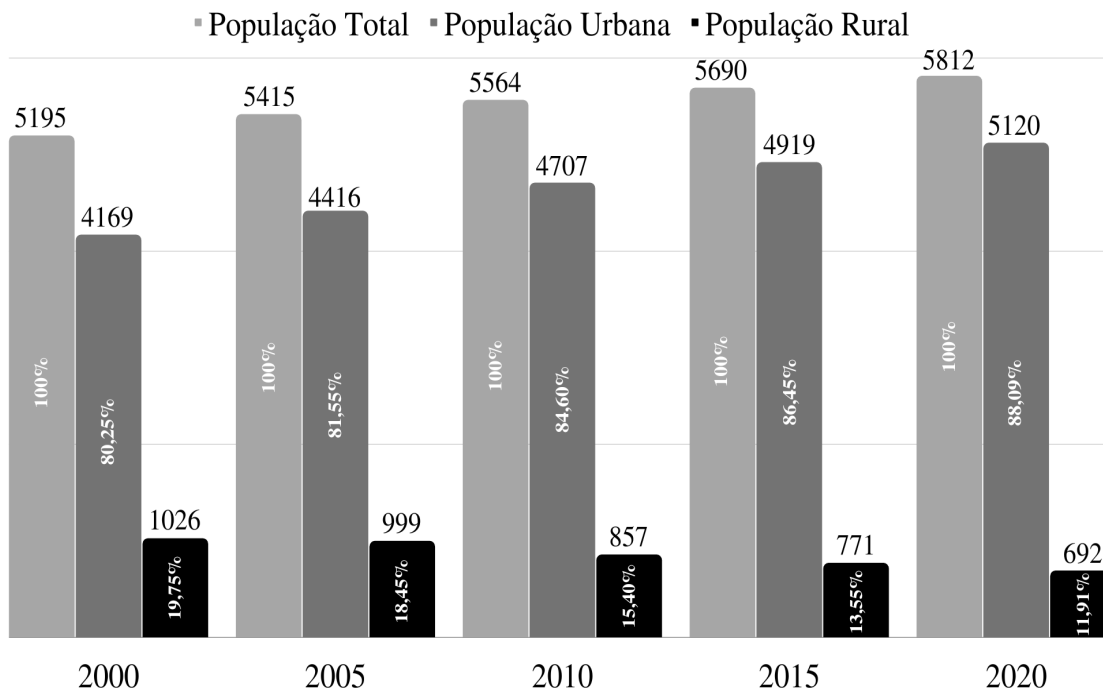
Em 2020, segundo dados da SEADE, o emprego formal atingiu 743 pessoas. Estes cargos, no entanto, também eram ocupados por indivíduos advindos dos municípios da região. Quanto à natureza dos empregos, temos que 34,5% ou 256 pessoas estavam empregadas nas atividades de administração pública, defesa e seguridade social; 23% ou 170 pessoas nas atividades de agricultura, pecuária e serviços relacionados e, 14% ou 104 pessoas envolvidas com comércio varejista. Em relação aos salários médios pagos nestas atividades, encontramos os seguintes valores: R\$2.295,00 para administração pública, defesa e seguridade social; R\$2.788,00 para agricultura, pecuária e serviços relacionados e R\$1.568,00 para comércio varejista.

Outro dado importante divulgado pela SEADE foi sobre o Auxílio Brasil. Em agosto de 2022, 1.361 pessoas receberam o Auxílio Brasil no município de Campina do Monte Alegre, o que representa 23,26% da população em 2022, quase $\frac{1}{4}$ da população. Em relação ao número de famílias, foram 479 famílias que receberam o Auxílio Brasil em agosto de 2022 e, destas, 344 recebiam até 105 reais per capita, o que configura um contingente populacional

que vivia em situação de extrema pobreza, conforme a própria classificação utilizada pela SEADE. De janeiro de 2019 para janeiro de 2022, o número de famílias que viviam em situação de pobreza extrema se ampliou, foi de 217 para 370 famílias.

Em relação à distribuição da população entre o espaço rural e urbano, identificamos que em Campina do Monte Alegre, a população rural em 2000 representava 19,75% e, em 2020 esse percentual caiu para 11,91%.

Gráfico 3: Série Histórica da População Urbana e Rural do Município de Campina do Monte Alegre, 2000-2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Fundação Seade (2022).

Quando pesquisamos os censos agropecuários de 2006 e 2017 divulgados pelo IBGE sobre o município de Campina do Monte Alegre, descobrimos que o número de estabelecimentos com agricultura familiar se ampliou de 2006 a 2017, mas a área ocupada por eles reduziu. Em 2017, quase 70% dos estabelecimentos agropecuários de Campina do Monte Alegre eram de agricultura familiar, mas ocupam menos de 10% da área total dos estabelecimentos (apenas 1.549 hectares dos 14.588 disponíveis na área rural em 2017). Eram estabelecimentos com menos de 100 hectares, sendo a sua maioria, cerca de 80%, menor que 50 hectares e 60% menor que 20 hectares.

Em relação ao uso da terra, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários produzem lavouras temporárias ou se envolvem com a pecuária, sendo que em termos de área, 60% da área dos estabelecimentos é destinada à lavoura temporária. A seguir, identificamos a ampliação de 2006 para 2017 na produção de soja em grãos. Podemos dizer que, se por um lado o cultivo de outros cereais caiu, a ocupação da área pela soja ampliou. Na tabela 1, é possível perceber que mais de 90% da área ocupada com soja não era proveniente da agricultura familiar em 2017. Em relação ao valor da produção, é a produção de soja que apresenta maior contribuição nos últimos anos, mas em 2006 a lavoura temporária de maior destaque econômico era o milho. A área utilizada para a expansão da soja em Campina do Monte Alegre surgiu através da substituição da área que antes era utilizada para o plantio do milho. Através da tabela 1 visualizamos que esse fenômeno ocorreu tanto nos estabelecimentos Não Familiares quanto nos estabelecimentos da Agricultura Familiar. Sendo



assim, podemos dizer que esse fato expressa também um enfraquecimento da cultura regional, já que “a agricultura familiar do Sudoeste Paulista tem uma relação histórica com a cultura do milho, que se revela nas festividades e na culinária regional” (FACHINI; MARIUZZO; ARAÚJO, 2019 apud. ANTUNES JUNIOR et al., 2021, p. 29).

Tabela 1: Principais Cultivos da Lavoura Temporária em CMA na Agricultura Familiar e Não Familiar Considerando o Número de Estabelecimentos e Área Colhida em 2017.

Cultivos	Número de Estabelecimentos		Área Colhida (ha)		Valor da Produção (R\$)	
	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF
Soja em Grãos (2006)	0	3	0	782	0	993.660
Soja em Grãos (2017)	23	15	329	3.627	1.409.649	17.508.780
Milho em Grão (2006)	24	36	258	3050	479.866	4.374.300
Milho em Grão (2017)	10	14	173	1.333	519.858	4.149.514
Trigo em Grão (2006)	0	5	0	421	0	330.220
Trigo em Grão (2017)	9	8	128	916	274.104	1.286.988

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

Em relação a forma de contratação, o Censo Agropecuário de 2017 informa que haviam 344 trabalhadores nos estabelecimentos rurais neste ano, destes, apenas 43% não tinham vínculo familiar com o proprietário do cultivo e 5% foram contratados como empreiteiros, sendo que a maioria dos empreiteiros prestaram serviço por menos de 31 dias e alguns trabalharam por mais de um mês e menos de 60 dias. Os estabelecimentos não contrataram os trabalhadores após o término da obra (a limpeza de um pasto, por exemplo), já que o contrato de empreitada não gera vínculo empregatício. Esse é um aspecto importante a ser salientado, visto que sinaliza uma fonte de renda inconstante para os que trabalham por empreitada.

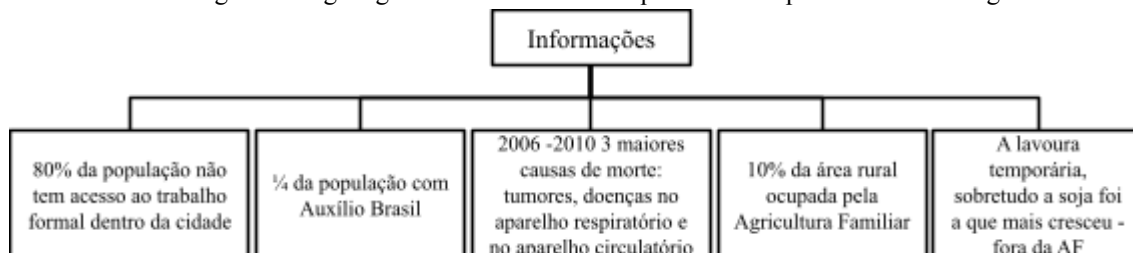
Outro dado que indica a vulnerabilidade da população de Campina do Monte Alegre é a dificuldade de acesso a serviços públicos de saúde, já que o município não possui hospital próprio, sendo necessário o deslocamento para Angatuba ou outros municípios vizinhos para ser atendido pelos serviços médicos. Analisando uma amostra de 2000 a 2017 sobre a mortalidade infantil disponibilizada pelo DataSUS, notamos que no ano de 2012 o município apresentou uma taxa de mortalidade infantil expressiva, já que no período analisado ocorreram de zero a duas mortes por ano e em 2012 ocorreram quatro. Neste ano, dentre as causas de falecimentos das crianças menores de cinco anos estão doenças infecciosas e parasitárias, doenças no aparelho respiratório e afecções originadas no período perinatal. Em concordância com o DataSUS (2020), duas das mortes ocorridas eram evitáveis com diagnóstico e tratamento adequado, além da atenção adequada à mulher durante a gestação.

Analisando todos os grupos de idade no período de 2006 até 2020, de acordo com dados do IBGE, as três maiores causas de óbitos na população de CMA foram doenças no

aparelho circulatório, doenças no aparelho respiratório e tumores. Durante os 15 anos de amostra, as doenças no aparelho circulatório e respiratório aparecem como uma das três principais causas de morte no município em todo o período, enquanto os tumores foram uma das três maiores causas de falecimento da população em geral, em treze dos quinze anos analisados. Uma hipótese para a presença tão considerável dos tumores como principal causa de mortalidade no município é o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de monocultura.

A seguir apresentamos um organograma com as principais informações para o estudo da pobreza no município:

Figura 5: Organograma de Síntese da Pesquisa em Campina do Monte Alegre.



Fonte: autoria própria com base nos dados apresentados.

4. Considerações Finais

Com o intuito de investigar de forma preliminar a pobreza em Campina do Monte Alegre -SP, buscamos abrir espaço para o entendimento de suas raízes históricas e estruturais. Em diálogo com os textos que tratam da formação econômica do Sudoeste Paulista, tiramos da invisibilidade o passado colonial e escravocrata, com relações de propriedade e trabalho que formaram uma estrutura econômica e social segregacionista. A presença das grandes fazendas (latifúndios) e de um contingente populacional que ficou à margem do acesso à propriedade, permitiu a reprodução de um sistema de trabalho baseado na exploração e violência. O caso dos meninos que foram trazidos de um orfanato do Rio de Janeiro para uma fazenda no Sudoeste Paulista e a violência a qual foram expostos são desdobramentos dessa estrutura. Quando analisamos os dados da SEADE e percebemos que apenas 16% da população em idade ativa está inserida na categoria de emprego formal dentro do município e 24 % da população recebe Auxílio Emergencial por não ter condições de sobreviver, identificamos nesses dados do presente um elo com o passado colonial e escravocrata. O crescimento da produção de soja nos grandes estabelecimentos dá continuidade a uma história sem rupturas.

Considerando que nossa pesquisa foi de caráter preliminar, deixamos aqui algumas sugestões para pesquisas futuras que venham a contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do Sudoeste Paulista: um estudo sobre ligação (ou a inexistência desta) entre a recorrência de tumores como uma das três principais causas de morte em CMA e o uso intensivo de agrotóxicos; Empregos informais em Campina do Monte Alegre, um estudo sobre sua natureza e quantidade; Um estudo sobre o impacto da indústria química nos empregos gerados no município (já que este aparece como quarto setor mais relevante nesse aspecto); E por fim acreditamos que seria interessante a realização de uma pesquisa que trate das relações de trabalho no campo, identificando como cada tipo de relação empregatícia impacta na qualidade de vida daqueles que vivem do campo.



5. Referências

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, Autoritarismo e Eugenia**: Exploração do Trabalho e violência à infância no Brasil (1930-45), 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp – Campinas, São Paulo.

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe; BORSATTO, Ricardo; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de.. **Entre campos e capões**: um breve resgate da trajetória de desenvolvimento do Sudoeste Paulista, 2021. In: Nogueira Silva, N. et al., 2021. Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Paulista. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/livros/livro-alternativas-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-sudoeste-paulista>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

BADDINI, M. C. Sorocaba no Império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. Annablume: Fapesp, 2002.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/10/07/covid-19-to-add-as-many-as-150-million-extreme-poor-by-2021>. Acesso em 11 de jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 09 de jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS, 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/evital0sp.def>. Acesso em: 03 de Abr. 2023.

BRASIL 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/vergonha-brasil-e-o-pais-que-mais-concentra-renda-no-1-do-topo-da-piramide?fbclid=IwAR1XYbsfiLtQtCpjl9HnALRUUE7eCjMPn9kuV6-PJZm7FTx6fFZxH7oBhE>. Acesso em 11 de jun. 2021.

CAMARGO, R. A. L. Sitiantes, Lavradores, caipiras, camponeses... os agricultores familiares paulistas ontem e hoje. In Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Estado de São Paulo, Adufscar: São Carlos, 2022.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria duas cidades: São Paulo, 2001.

CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, editora Unicamp, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/colecao-30-anos/desequilíbrios-regionais-e-concentracao-industrial-no-brasil_3 Acesso em 15 de mar. 2023.



CANO, W. Furtado e a Questão Regional no Brasil. Cadernos de Desenvolvimento, vol. 5 (7), 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4456895/mod_resource/content/1/Wilson%20Cano%20-%20Furtado%20-%20a%20quest%C3%A3o%20regional%20e%20a%20agricultura%20iti%20nerante%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 15 de mar. 2023.

CARTA CAPITAL. **Quase Metade da População Mundial Vive Abaixo da Linha da Pobreza.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quase-metade-da-populacao-mundial-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em 11 de jun. 2021.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRÊA, D. S. Paisagens sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Editora EDUEL: Londrina, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos,** Janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos:** Salário Nominal e Necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 21 mai. 2021.

DONATO, H. Chão Bruto, Edições melhoramentos: São Paulo, 1969.

FARIAS, F. A. e MARTINS, M. D. O Conceito de Pobreza do Banco Mundial. Tensões Mundiais, Fortaleza, v.3, n.5. Jul/Dez 2007. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/725/608>. Acesso 11 de jun. 2021.

FAVARETO, A. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista (SP), São Paulo: Itapeva, 2007. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio089.pdf. Acesso 11 de jun. 2021.

FRANCO, M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. Editora Unesp: São Paulo, 1997.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina, L&PM Pocket, Porto Alegre, 2011.

GONÇALVES DE CARVALHO, J. et al. **Diagnóstico Sócio Econômico do Município de Buri e Campina do Monte Alegre – SP,** 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29898041/Diagn%C3%B3sticos_Socioecon%C3%B4micos_dos_Munic%C3%ADpios_de_Buri_e_Campina_do_Monte_Alegre. Acesso em 14 de fev. 2021.



GRAY, David E. *Pesquisa no mundo real*. 2ª ed. Editora Penso, 2012.

HARARI, Noah Yuval. *Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campina-do-monte-alegre/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 21 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 17 de jan. 2023.

KRENAK, A. *A Vida não é útil*. Companhia das Letras: São Paulo, 2020.

LAS CASAS, F. B. *O Paraíso destruído. A Sangrenta história da conquista da América Espanhola*. L&PM: Porto Alegre, 1996)

LESSA, S. e TONET, I. *Introdução à Filosofia de Marx*, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOURENÇO, F. A. *Agricultura Ilustrada. Liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira*. Editora da Unicamp: Campinas, 2001.

LÖWY, M. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista *Actuel Marx*, 1995. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em 15 de mar. 2023.

MARX, K. *A lei geral da acumulação capitalista*, capítulo 23, Livro I, São Paulo: Boitempo, 2013. 689-784p.

MILLS, W. C. *A Imaginação Sociológica* Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Informações Sociais**: RI Bolsa Família e Cadastro Único Campina do Monte Alegre (SP), 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em: 21 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *O Bolsa Família é um programa da sociedade brasileira, diz Lula*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasileira-diz-lula>. Acesso em: 06 abr. 2023.

NERI, M. *Mapa da Nova Pobreza*, 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em 07 de nov. 2022.



NUZZI, Vitor. **Famílias mais ricas gastam 10 vezes mais com moradia e comida:** mas peso maior é no bolso dos pobres. Rede Brasil Atual, 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/gastos-familias-ricas-moradia-comida/>. Acesso em: 19 de mar. 2023.

OXFAM. **O Vírus da Fome**, 2020. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/O-Virus-da-Fome-FINAL.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2021.

PEREIRA, Mendes Márcio João, **O Banco Mundial como ator político, intelectual e Financeiro**. Civilização Brasileira, 2010.

PERES, A. M. P. [Re] descobrindo outros mundos rurais por detrás dos canaviais: um estudo do município de Piracicaba, SP e do bairro Anhumas. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2015.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. Brasiliense: São Paulo, 1942.

SAMPAIO Jr. P. A. Entre a Nação e a Barbárie. Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas. **Cadastro único e Auxílio Brasil**. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/cadastro-unico-e-auxilio-brasil-esp/>. Acesso em: 07 de fev. 2023.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século, editora Unesp: São Paulo, 1999.

SIQUEIRA, Luana. **Alívio à Pobreza:** as propostas e análises do Banco Mundial. VII Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013. Disponível em: http://jornadasjovenesiigg.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/107/2013/10/eje-12_siqueira.pdf. Acesso em: 07 de fev. 2023.